

# A UNIÃO

ORGAN DO PARTIDO REPUBLICANO DA PARAHYBA DO NORTE

ANNO XXXII

DIRECTOR: — Carlos Dias Fernandes

PARAHYBA — Sábado, 7 de junho de 1924

GERENTE: — Cláudio Moura

NUMERO 127

## Partido Republicano

### Eleição presidencial

Vimos apresentar ao sufrágio dos nossos correligionários e do povo parahybano, para presidente e vice-presidentes do Estado no período de 1924 a 1928, cuja eleição se realizará a 22 de Junho próximo, os candidatos que nos foram indicados pelo presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano.

Esses candidatos são os srs. drs. João Suassuna, Walfredo Guedes Pereira e Flávio Ribeiro Coutinho, os quais, reconhecendo-lhes bem os altos serviços e qualidades de homens públicos, aceitámos com absoluta solidariedade em compromisso colectivo que assumimos como membros da Comissão Executiva e delegados municipais, reunidos em convenção.

Apresentando esses três ilustres cidadãos, o primeiro para presidente e os demais para vice-presidentes do Estado, fazemo-lo em nossos próprios nomes, dos municípios e forças que representamos directamente, de cinco congressistas federais, e ainda em nome dos municípios de Guarabira, Piancó, Pedras de Fogo, Santa Rita, Catolé do Rocha e S. José do Pianchá, cujos delegados, não podendo comparecer, enviaram ao presidente da Convenção, em favor dos candidatos indicados, declarações regulares e expressas.

Assim, falando com legítima delegação pela unanimidade dos colégios eleitorais e pelos órgãos directores do partido que sustenta a grande tradição democrática dos drs. Venâncio Neiva e Epitácio Pessoa, fiamos que os nossos candidatos serão sagrados pelas urnas os eleitos da opinião parahybana. De nossa parte, esforçando-nos por uma eleição livre, concorrida, verdadeira, teremos prestigiado mais uma vez, conforme nos empurra o interesse pelo Estado, e a palavra austera e digna do nosso chefe, sr. dr. Solon de Lucena.

Parahyba, 18 de maio de 1924.

Ignacio Evaristo Monteiro

Flávio Marôja

Democrito de Almeida

José Leopoldino de Luna Pedrosa

Carlos Pessôa

José Agripino Maia

José Gomes de Sá

Carlos Espinota

José Gaudencio Correia de Queiroz

João José Marôja

Padre Joaquim Cyrillo de Sá

Manuel Eduardo Pereira Gomes

Miguel Satyro e Souza

Alfredo de Miranda Henrique

Jayme Pinto Ramalho

Ermâni Laurizan

José Ferreira de Queiroga

Manuel de Medeiros Maracajá

Jocelino Villar de Carvalho

Dario Ramalho de Carvalho Luna

Pedro Targino Pereira da Costa

Dr. Silvino Alves de Gouveia Nobrega

José Jose Vianaud

Manuel Emiliano de Medeiros

José Pereira Lima

Nilo Feitosa Ferreira Ventura

Hercílio Zenyade Peregrino de Albuquerque

Flávio Ribeiro Coutinho (com restrição)

Antonio Baptista Neiva de Figueirêdo

José Antonio Maria da Cunha Lima

Sizenando de Oliveira

Sabino Gonçalves Rolim

José Ramalho Brunet

Honorato da Silva Paiva.

## O dia em Palácio

Hontem, houve expediente, tendo o exmo. s. dr. Solon de Lucena, chefe do governo, assinado vários actos e conferenciado com os immedios auxiliares da administração.

A audiencia, que se realizou entre 13 e 15 horas, compareceram os srs. drs. Alvaro de Carvalho, Celso Matiz, Guedes Pereira, Democrito de Almeida, Luna Pedrosa, Severino de Lucena, Athemar Vidal, José Americano de Almeida, Carlos D. Fernandes, Antonio Bôto, Manuel Velloso Borges, Nelson Lôtsa Cabral, Neiva de Figueirêdo, Guilherme da Silveira, Manuel Simplicio Paiva, Irineu Joffily, Teixeira de Vasconcelos, Pedro Ulysses de Carvalho, Batta Neves, Paulo de Magalhães, José de Mello, Julio Lyra, Agripino Castelo Branco, professor Juvenal Coelho, major Joaquim Guimarães, Matheus Ribeiro, academicº Oswald Joffily.

co, João França, Matheus de Oliveira, Dionísio Maia, José Lins do Rego, Olavo Magalhães, São Benevides, Lima Mindello, deputado José Queiroz, dr. José Azevedo Maia, Assis Vidal, desembargador Vasco de Toledo, Cícero Caldas, deputado Genésio Gambarra, cel. Amaro Nunes, comandante João Florencio da Costa, Ruy Carneiro, cel. Heráclio Siqueira, professor Manuel Viana Junior, padre dr. Pedro Antônio Bezerra Dantas, cel. Benjamin Fernandes, capitão Elyso Sobreira, Claudio Moura, major Rodolpho Athayde, Waldemar Leite, cel. José Pessoa da Costa, desembargador Pedro Bandeira, monsenhor José Baptista Milanez, José de Souza Medeiros, cel. Ignacio Evaristo, José Camilo Netto, professor Juvenal Coelho, major João Ferreira, José Pessoa de Brito, Severiano Correia de Araújo, cel. Joaquim Guimarães, Matheus Ribeiro, academicº Oswald Joffily.

O serviço postal já voltou quase todo à sua normalidade

Depois das grandes inundações não havia ainda sido restabelecido o tra-

## A SUCCESSÃO PRESIDENCIAL

Nas vésperas do prestigioso organo carioca, jornal *do Comércio*, de 22 de maio último, encontrámos o seguinte:

«O deputado federal dr. João Suassuna, candidato à presidência do Estado da Paraíba do Norte, recebeu, além de outros, os seguintes telegramas:

Do coronel Ignacio Evaristo Monteiro, presidente da Convenção que indicou o dr. João Suassuna para candidato ao governo do Estado:

«Tenho prazer comunicar haver Convenção Partido Republicano homologado indicação nome v. enc. para candidato presidente próximo quatrienno. Grande reunião compareceram trinta e cinco convencionais, sendo trinta e dois representantes municipais do Estado. Mais seis municípios cujos delegados não poderiam comparecer por motivo justificado mandaram indicação nome v. enc. Houve muito entusiasmo da parte todos correligionários. Apresento-lhe minhas efusivas saudações».

Do dr. Oswaldo Chateaubriand, Procurador da República no Estado de S. Paulo:

«Abraços motivos sua candidatura por todos os títulos dignos destinos nossa terra».

«Com prazer transmiti-lhe a certidão que solicitou fosse requerida do Distrito das Sécas: «Certifico, em cumprimento do desacho do sr. chefe deste distrito, de 16 do corrente mês, exarado na petição da mesma data, de J. Mauricio de Medeiros como procurador do deputado federal João Suassuna, protocolada, também em igual data, como papel número 300, ás folhas 160, do protocolo geral, número 6 do mesmo distrito, certifico, para fins de direito, em face dos seguintes itens daquela petição, do teor seguinte:—O s. dr. J. Suassuna tem ainda alguma importância a receber pelos serviços executados nas estradas carreiras de Taperoá a Cochilhoca e de Taperoá até Teixeira, e bem assim nas rodovias de Taperoá até Caixa-Jazeira, que estiveram sob sua administração, de acordo com o contrato assinado na sede da Inspectoria de Obras das Sécas, em 3 de junho de 1921; (B) Que as importâncias que tem a receber desse distrito são resultantes de fornecimentos feitos aos serviços da ponte de cimento armado sobre o rio Taperoá e a construção do aqueduto do mesmo nome, serviços estes administrados pelo distrito, provindas que tomou a partir de novembro de 1922, em virtude do atraso de pagamento;—Que, nem nenhuma importância tem a receber desse distrito, proveniente dos serviços que executou naquelas estradas, e quanto ao item (B) que tem a receber neste distrito importâncias, tão somente, de adiantamentos que fez ao pessoal dos serviços da ponte em cimento armado sobre o rio Taperoá, trabalhos que eram executados administrativamente pelo mesmo distrito, sendo aquelas importâncias adiantadas ao mesmo pessoal com o fim único de não serem paralisados os serviços. E, para constar, eu, Francisco da Silva Ribeiro, escrivário do 2º distrito da F. P. O. C. as Sécas, passo a presente certidão aos 16 dias do mês de maio de 1924, a qual, na forma da lei, vai devolvida ao seu chefe, sr. dr. Solon de Lucena.

—O s. dr. Solon de Lucena.

## Rendas publicas

### TESOURO DO ESTADO

BULETIN DO MOVIMENTO DA THESOURARIA DO TESOURO DO ESTADO  
NO DIA 5 DE JUNHO DE 1924

Saldo do dia anterior	372.216.427
Recolhimentos feitos no dia referido	41.528.207
Despesa efectuada, idem, idem	413.844.500
Saldo para o dia 6 de junho:	50.464.539

183.864.5167  
170.515.4800  
368.379.4967

### RECEBEDORIA DE BENDAS

DEMONSTRACAO DA BENDA DO DIA 6 DE JUNHO DE 1924

Demonstrada ate o dia 3 de junho	87.340.800
RENTA DO DIA 6	
Exportação	187.963.157
Renda Interna	1.484.562
DEPOSITOS	20.280.819

212.573  
239.980  
31.08  
453.681  
20.736.300

### Info-mes commerciales

#### O imposto sobre lucros

O dr. Isidro Gomes recebeu o seguinte telegramma de S. Paulo:—Associação Commercial—Parahyba—Prazo pagamento imposto lucros foi prorrogado ate trinta de junho.—Associação Commercial.

#### Sellos para cigarros

O sr. dr. Isidro Gomes, presidente da Associação Commercial, enviou o seguinte telegramma ao sr. director da Receita Pública no Rio:—Não tendo Alfandega sellos para cigarros, causando prejuízos fábricas, rogo urgente medida. Saudações—Isidro Gomes, presidente Associação Commercial.

A Lombriquera, do pharmaceutico-chimico Dr. Silveira, extingue as lombriques, (vermes).

## A defesa do sr. dr. Manuel Madruga

(Continuação)

Do exmo. sr. dr. João Thomé de Saboya e Silva, senador federal, ex-presidente do Estado do Ceará e futuro presidente do mesmo. Estado:—Rio, 6 de dezembro de 1923.

Prezado amigo dr. Manuel Madruga—Minhas cordiais saudações.

Venho agradecer-lhe, nestas linhas, a remessa do folheto que acaba de publicar em sua defesa, e ao mesmo tempo enviar-lhe minhas felicitações pelas provas concluintes que conduziu em desagravo de sua conduta de funcionário, imparcial e honesto.

Tento� prazer em manifestar-lhe essa minha impressão por que, mais uma vez, se confirma o alto conceito em que já tinha como funcionário probó, zeloso e inteligente, desde o tempo em que exercia, com o melhor proveito, para as rendas públicas, o cargo de auditor fiscal no Tesouro Estadual do Ceará.

Com estraida estima e consideração me subscovo, seu amigo att. e obrigado—João Thomé de Saboya e Silva.

Do exmo. sr. dr. Lauro Sodré, senador Federal, ex-governador do Estado do Piauí:

—Rio, 6 de dezembro de 1923.

Exmo. sr. dr. Manuel Madruga—Saudações.

Folgo de ter esse motivo de lhe dizer que já, com satisfação, as linhas com que deixou clara a correcção de sua conduta como funcionário de fazenda, e, reunindo de suas aptidões e zelo pelo serviço qualidades que o recomendam quanto à moralidade que impõem os seus actos. Compreendo, quando é que, o seu cargo de Estado, o acompanhou a sua carreira, no período em que esteve à testa da Delegacia Fiscal. E sempre o vi correcto e digno.

Amigo e att. compatriota—Lauro Sodré.

Do exmo. sr. dr. Daniel Vieira Carneiro, deputado federal:

—Rio, 29 de outubro de 1923.

Exmo. sr. dr. Manuel Madruga—Saudações.

Folgo de ter esse motivo de lhe dizer que já, com satisfação, as linhas com que deixou clara a correcção de sua conduta como funcionário de fazenda, e, reunindo de suas aptidões e zelo pelo serviço qualidades que o recomendam quanto à moralidade que impõem os seus actos. Compreendo, quando é que, o seu cargo de Estado, o acompanhou a sua carreira, no período em que esteve à testa da Delegacia Fiscal. E sempre o vi correcto e digno.

Amigo e att. compatriota—Lauro Sodré.

Do exmo. sr. dr. Cândido Pinho, deputado federal:

—Rio, 29 de outubro de 1923.

Exmo. collega e amigo dr. Manuel Madruga—Cordiais saudações.

Acabo de receber a sua carta, a sua incomparável defesa ao inacreditável processo que lhe criou, a seu perifício um encriturário do Thesouro Nacional.

Criei que a impressão de teda e tanta pena, após essa leitura, é de justa indignação, mas o seu apreço de inexcusável corrupção em todos os seus feitos, e veja que tendo razões sobejamente de felicitá-lo pela vitória explídida.

Confronto, mesmo com a minúcia das suas defensas, seu apoio ao seu inexcusável corrupção em todos os seus feitos, e veja que tendo razões sobejamente de felicitá-lo pela vitória explídida.

Vocé creceu no conceito das que não o conheciam bem, e ele o por que a sua defesa é a mais acaba de lhe provar, sem a suspeita de que havia de servir na carreira da Fazenda.

Não se corre do processo, não vangloriamente esmagado; felicitá-lo de encontro de se patente, mas uma vez, e só.

Compreendo, logo, que rapidas, logo após ter lido o seu testemunho, ou apenas cumprir um consenso deve ser.

Sei mais, confessou-me, ainda neste encontro, o atento, collega, e amigo obrigadíssimo—Daniel Carneiro.

De exmo. sr. dr. Hugo Ribeiro

## Junta de Revisão e Sorteio Militar

### Expediente do dia 2

Foram aprovados os alistamentos de Espírito Santo e Pedras de Fogo, com as seguintes alterações:

No de Espírito Santo—Excluir da classe de 1902, os alistados Antônio Cassiano da Costa e Ernesto Jerônimo da Silva, o 1º por pertencer ao comando da 2ª divisão, ser alegado alterar, por ordem alfabética, a numeração dos alistados da classe de 1902, incluir no alistamento da classe de 1902, o alistado Francisco Ignacio Ferreira, relacionado com o 8º anexo do art. 89 do R.S.M em vigor; finalmente alterar o número do alistamento do n.º 8

No de Pedras de Fogo—Continuar isento do serviço militar em tempo de paz, os alistados Pedro Galvão Monteiro e Severino Leopoldo de Albuquerque, por prevalentes os motivos de idade dos mesmos 1 e 7º art. 124, ficando, porém, sujeitos ao que determina o § 4º do art. 119,

tudo do referido R.S.M.

o julho. Recorridos, Eugenio Cabral e outro. O dr. procurador geral apresentou em mesa com o parecer.

### JULGAMENTOS

Petição de habeas-corpus n.º 33, da Capital. Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz Mariana Catárd e Satyro Rodrigues Peixoto. O Tribunal por unanimidade, julgou prejudicado o pleno em face da informação da chapa.

N.º 32, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o barcharel Antônio Botto de Menezes em favor do paciente Antônio Ladislau. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 33, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, por unanimidade de seu provimento, aggravou para reformar o despacho.

N.º 34, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 35, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 36, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 37, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 38, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 39, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 40, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 41, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 42, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 43, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 44, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 45, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 46, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 47, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 48, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 49, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 50, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 51, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 52, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 53, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 54, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 55, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 56, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 57, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 58, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 59, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 60, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 61, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 62, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 63, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 64, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 65, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 66, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 67, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 68, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 69, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 70, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 71, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 72, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 73, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 74, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 75, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 76, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 77, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 78, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 79, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 80, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 81, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª var. O Tribunal, negou a ordem imperativa contra o voto do desembargador Ignacio Ferreira.

N.º 82, Relator, o presidente do Tribunal. Imperatriz, o Dr. Octavio Celso e o desembargador Vasco de Toledo. Aggravante, o Dr. Octavio Celso de Novais e sua mulher. Aggravado, o juiz da 1.ª

vez expedida e nomear qualquer comissão que venha a ser necessária.

§ 4.—Deferir juramento aos sócios para que sejam empossados.

§ 5.—Odebre o pagamento quanto devindamente autorizada, a despeça feita pela sociedade.

§ 6.—Proferir todos os despachos e assinalá-los, sobre as matérias da sua competência, quer definitivos que interlocutores, quando necessário de escrutar, quer e provisórios.

§ 7.—Assentir o túnio de sócios que juntou ao respectivo regulamento será expedido a cada associado.

§ 8.—Nomear os seus secretários ou substitutos nas respectivas faltas, bem como as comissões, que se fizerem necessárias nas representações da sociedade, para a realização das obrigações que lhe exigirem, ou elaboração de trabalhos, para as suas instituições ou causa equívante.

§ 11.—Quando impossibilitado por quaisquer motivo de vigiar pelos negócios da sociedade, transmitir imediatamente o exercício do cargo a seu substituto legal.

§ 12.—Apresentar anualmente perante assembleia geral relatório circunstanciado de sua administração, instruíndo-a com balanço documentado das condições financeiras e econômicas da sociedade e de suas instâncias.

Art. 14—Aos 1.º e 2.º vice-presidentes compete substituir respectivamente o presidente em seus impedimentos e tomar parte nas reuniões da direção no carácter de membros consultivos.

Art. 15—Aos 1.º e 2.º secretários compete ter a seus cargos todos os serviços da secretaria, auxiliar ao presidente em todos os encargos da correspondência e inscrição necessária a bôa ordem da sociedade, ficando especialmente a cargo do 1.º secretário o exercício da responsabilidade de elaborar as atas das sessões.

Art. 16—O orador compete dar parecer em todos os negócios, quando for consultado, representar a sociedade quando disso incumbido pelo presidente e saudar os novos sócios quando assim o requerido.

Art. 17—O tesoureiro compete ter sob sua guarda todos os dinheiros e valores da sociedade, efectuar pagamentos quando autorizados pelo presidente e assignar com o secretário que foi encarregado, os balancos e passados, devidamente concordados apóis as devidas conferências com os seus apontamentos e respectivos documentos.

Art. 18—A comissão da fiscalização e tomada de contas, sob a presidência de um dos seus membros, eleitos entre os chaves, compete compõe constituir um tribunal com a atribuição de investigar sobre tudo que envolve interesses da sociedade de ordem financeira, aplicação de suas rendas, tendo por isso toda autonomia em seus julgamentos e absoluto direito de recorrer a qualquer dos membros da diretoria, quando por qualquer forma seu julgado de qualquer desvio, denunciá-lo perante a sociedade em assembleia geral convocada pelo presidente da comissão e por elle presidida em casos tais, competindo também, quando verificada a exactidão de contas, dar quitação ao responsável.

#### Capítulo 5.

##### Das sessões

Art. 19—A sociedade reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias e magnas.

§ 1.—Ordinariamente reunir-se-á a diretoria, com o número de sócios que comparecer, todos os dias 15 e 30 de cada mês, podendo ser antecipada ou adiada, quando por justa motivo e prévio aviso não o possa realizar nos dias apurados.

§ 2.—Constituirá numero legal imprescindível para o funcionamento das sessões ordinárias, a presença de maioritária dos membros da diretoria, representada pelo presidente, vice-presidentes, secretários, tesoureiro, e orador e de sócios que possam preencher a falta dos membros da diretoria, assumindo neste caso o substituto quando por direto lhe assiste ou seja, quando os encargos e responsabilidades atinentes ao substituto até que seja este reintegrado.

§ 3.—Extraordinariamente funcionará a sociedade sempre que tiver a tomar em consideração negócios que interessam de forma especial a diretoria, quando de qualquer instituição nova, prevista por estes estatutos, que importe em estabelecimento de fundos, regulamentação de serviços e instalação dos mesmos, tudo em fin que se relacione com a sua existência económica e financeira ou quando se cogite de questões de bens ou direitos ou compromisso excedente do comitido ordinário de sua renda.

§ 4.—Nestas sessões, convocadas por arbitrio da diretoria, ou solicitadas por escrito e assinada, pelo menos por cinco sócios, poderá ser decretado que só poderão ser tratado do assunto que der lugar a convocação, podendo a sessão ser prorrogada pelos dias que for proposto, lavrando-se em cada dia, acta especial da occurrence na sessão, a qual será lida e assinada da geléia mesma deputada, e o resultado dos presentes, no mesmo dia da sessão, é definitivo encerramento dos respectivos trabalhos.

§ 5.—Magnas, serão as sessões de comemoração e da inauguração da sociedade em ação, e a celebração do aniversário social do anno findo, nos termos do § 12 do art. 13º, perante os sócios e pessoas presentes, que deverão ser previamente convidadas, após facultada a palavra a quem daqueira utilizar sobre o objectivo da comemoração e encerramento dessa.

§ 6.—No dia das sessões haverá um livro especial, aberto, numerado e rubricado pelo 1.º secretário, em o qual deverá ficar constatadas as assinaturas de proprio punho das pessoas que comparecerem por si ou como representante de outrm ou de cooptados.

§ 7.—Em tais dias serão permitidas expansões de jubilo e contentamento por diversos dígas, ou actas de carácter civil quando deliberados preventivamente.

§ 8.—Eualmente serão magnas as sessões para aclamação de sócios beneméritos e para comemoração de datas nacionais, quando isso haja sido deliberado, observando o orden estabelecido nos §§ 5 e 6.

§ 9.—As sessões ordinárias serão iniciadas com a chamada dos membros da Diretoria e verificado o numero legal, será pelo presidente ou seu substituto, declarada aberta a sessão.

§ 10.—As sessões ordinárias serão feitas a leitura da acta da sessão anterior, se não estiver discussão, e aprovada, com entenda, ou sem entenda,

será assinada pelo presidente, 2.º e 2.º secretários.

§ 2.—Seguir-se-á o expediente, despatcho e proposição que entenda sozinho a maior, que serão lidos pelo 1.º secretário.

§ 3.—Dará o tesoureiro notícia do estado financeiro dos respectivos caixas mediante balanço relativo a cada mês, preparado pelo 1.º secretário, por este assinado, pelo tesoureiro, quando necessário, e pelo presidente, neocessário tudo o que lhe parecer necessário a boa ordem, das finanças, bem como a exonerar os solcos que tenham incidido na pena, previsto pelo § 3º do art. 6º.

§ 4.—Resolvidos os casos referidos nos §§ anteriores, será facultado a quem o quiser, o socio que se encontre de mandar fazer, assinado de relevância aos interesses da sociedade ou de sua conta de incumbência de que houvesse sido encarregado, após o que será encerrada a sessão.

Art. 21—As sessões ordinárias terão a duração de uma hora, para o seu cumprimento, podendo, se necessário, ser essa hora estendida, a juiz de maioria presente, por mais 30 ou 40 minutos, ou addições os trabalhos, conforme a premessa do objectivo, para o dia imediato, ou para a seguinte.

Elixir de Nogueira, do pharmaceutico-chimico João da Silva Silveira, Curas do Amazonas. As Pratas.

#### DECLARAÇÃO

Severina Moreira de Vasconcellos, declarou, pela presente que constituiu seu bastante procurador para tratar do seu desquite com seu marido Manoel Félix de Souza, ar. sr. cte. José Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, conforme procuração bastante que notas data passou ao mesmo, em noto do tabelião público da villa do Espírito Santo, Antonio José de Mendonça, ficando desta data em diante, cassada e de nenhum efeito a procuração que em data de 20 de maio ultimo, passara a João Brásilino Leite, em notas do citado tabelião.

Espirito Santo, em 5 de junho de 1924.

Severina Moreira de Vasconcellos

#### VENDEM-SE

Dois pequenos estabelecimentos sendo um de fazendas e imidezes a rua Duque de Caxias n.º 250, e outro de estivais a retâlho à Venda Vasco da Gama, esquina a Avenida 1.º de Maio (antigo Hypodromo).

A tratar com o proprietário dos mesmos.

Waldemar Pinho

Dr. Antonio Hortencio Cabral de Vasconcellos

#### (MISSA DO TRIGESIMO DIA)

Rosa Lourenço de Vasconcellos, Silva, Maria Hortencio da Silva, Rosa Lourenço da Silva, Ramos, José Lourenço da Silva, Coração, Ramos e filhos, Francisca Presalina Cabral Pessôa e Joseph Pessôa dos Santos Cabral e filhos (ausentes), conviam aos seus parentes e amigos para assistirem às missas que mandam celebrar na matriz de Lourdes desta cidade, no dia 7 do corrente, às 6 1/2 horas da manhã, em suffragio da alma do praticante dr. Antônio Hortencio Cabral de Vasconcellos, trigésimo dia de seu passamento.

Anticipam o seu agradecimento.

GUARANYTHMINA (CAPSULAS)

Cura, em poucos minutos, qualquer dor. Ao contrario dos similares, não prejudica o organismo, porque é tonico do coração. Bote de Guarani, do Guarani, do Guaranythmina.

Indicações: dores de cabeça, de dentes, nevrigas, rheumatismos, enxaquecas, gripe, colicas menstruais, resfriados, etc.

In fábrica as farmácias a drogas.

Editorial de citação com o prazo de 30 dias

O MARCA DE POMBAL

O doutor João Minervino de Almeida, juiz de direito interino da comarca de Pombal, etc.

Faço saber aos que o presente editorial viram, que por parte do suplicante Juvençio Trigueiro da Costa me foi feita a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Pombal. Por seu procurador e advogado constituído no instrumento junto e infra assinado, diz Juvençio Trigueiro da Costa, vivu, residente neste

termo, que sendo avô materno do menor orphano Francisco Trigueiro da Costa, que se achava em seu poder, quer propor em favor deste uma ação de investigação da paternidade, nos termos do Art. 363 do Código Civil Brasileiro, na qual o suplicante se propõe provar: 1º que o suplicante, tendo uma filha de nome Antonia Trigueiro da Costa, casou-a religiosamente com José Francisco da Costa, em 1922; 2º que dessa união adveio um filho de nome Francisco Trigueiro da Costa, de oito meses de idade hoje, e existente em poder do suplicante, seu avô materno; 3º que durante a concepção e nascimento desse criança, José Francisco da Costa e Antonia Trigueiro da Costa viviam sob o mesmo teatro, como casados, sendo esta respeitada como mulher daquela, que o era pelo vínculo religioso; 4º que não existia nenhum impedimento que inhibisse José Francisco de casar-se com Antonia Trigueiro, segundo a lei civil; 5º que José Francisco faleceu solteiro sob a lei civil, e só pretendia casar-se com Antonia Trigueiro, em cuja companhia viveu até a sua morte; 6º que os melhores de direito, os presentes artigos devem ser recebidos, para que provados afinal, seja o referido menor Francisco Trigueiro da Costa declarado filho e herdeiro universal de José Francisco da Costa, o velho Manuel Targino da Costa, conhecido por Neco Trigueiro, o qual, tendo-se retirado desse termo, se acha em lugar incerto e não sabido, quer-se justificar sua ausência, pelo que o suplicante requer a v. ex. que, D. e A. esta, sejam marcados dia, hora e lugar, para a justificação da ausência, após o que se affixe editorial de citação pelo prazo de 30 dias, publicando-se copia da estampa 1.ª e 2.ª, bem como das 500\$000, da série 1.ª e estampa 1.ª, fabricadas na Casa da Moeda, as quais serão recebidas a troco, nesta agência, a partir de 1.º de Janeiro proximo.

Nos termos do § 2.º art. 13º dos Estatutos, o prazo do recolhimento terminará a 30 de junho de 1924, data a partir da qual perderão seu valor, as cédulas referidas.

Mario de Albuquerque, gerente.

A. Wilson, contador.

Editorial

Juiz da Provedoria

Cartorio privativo

Inventário de João Alves Motta

Citação de legatários ausentes, pelo prazo de 30 dias

O dr. Manuel Ildefonso de Oliveira Azevêdo, juiz de direito da comarca de Pombal, etc.

Faço saber aos que o

presente editorial viram,

que por parte do suplicante Juvençio Trigueiro da Costa me foi feita a petição do teor seguinte: Exmo. sr. dr. juiz de direito da comarca de Pombal. Por seu procurador e advogado constituído no instrumento junto e infra assinado, diz Juvençio Trigueiro da Costa, vivu, residente neste

termo, que

sendo avô materno

do menor orphano

Francisco Trigueiro

da Costa, que se achava

em seu poder,

quer propor

em favor

deste

uma ação

de investigação

da paternidade,

nos termos

do Art. 363

do Código

Brasileiro,

na qual o suplicante

se propõe provar:

1º que

o suplicante

tendo uma filha

de nome

Antonia

Trigueiro

da Costa,

de oito

meeses

de idade

hoje,

e existente

em poder

do suplicante,

seu avô

materno

José Francisco

da Costa,

que se achava

sob seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

que

o suplicante

era

solteiro

sob

seu

poder,

quer se

assegure

